

# Ó tempo volta para trás

JOAQUIM CUNHA\*



> Estamos acorrentados ao passado. Presente e futuro são condicionados pelas experiências do passado. Essa visão de uma época de esplendor condiciona os discursos exemplares de políticos, líderes sindicais, ou patronais.

Um líder de grandes empresas, o maior do país no salazarismo, diz “formemos a Ibéria”. Aparentemente, depois de se ter decepcionado com a fra-

ca adesão ao seu “movimento dos 40” pelos centros de decisão nacionais. E diz que os empresários do país “têm a mão esquerda mais desenvolvida” devido aos subsídios.

A decepção com o presente e a glorificação de um passado está presente no seu arquinimigo líder da ex-central sindical unitária. Este vive ainda na primeira revolução industrial que, como se sabe, nunca existiu em Portugal. E o seu permanente discurso contra o lucro e o crescimento económico, ou o permanente apelo subliminar ao pior dos sentimentos nacionais – a inveja, a mesquinhez, a pequena intriga, do cobiçar o lucro do vizinho – fazem dele recordista do Portugal do passado.

Em dois pólos diferentes, mas no mesmo registo, estão o actual vice-presidente do Conselho e o ex-presidente. Este chamou àquele camisa negra.

Aquele lembrou-lhe as cargas policiais sobre os trabalhadores de há 25 anos. Este disse que aquele dirigia um partido de extrema direita. Aquele mandou dizer que este tinha dirigido uma descolonização criminosa.

Muito bom para a estória, muito mau para o futuro. Do que uma pequena economia aberta como a nossa necessita é de arejamento e mudança. Sem ruído. De assimilar conceitos fundamentais a uma economia de mercado. Como a livre concorrência, os mercados regulados, o mérito e o lucro como seu reflexo, o crescimento económico como consequência, a redistribuição da riqueza como corolário. Não necessita de empecilhos anacrónicos. Não necessita de concertar salários, acordos de contratação colectivas ou leis laborais desajustadas.

Sejamos claros: custa a crer que a central unitá-

ria tenha um milhão de filiados, ou então este país não tem emenda. Se 20 por cento da população activa financia uma estrutura que quer implantar em Portugal um modelo marxista leninista, que revê na função empresarial o inimigo e não, como devia, o parceiro, então estamos conversados. Se a mesma estrutura tem um Conselho em que os lugares são distribuídos politicamente e onde a facção pró-albanesa sai de cena porque “apenas” lhe reservaram cinco lugares, conversados estamos de novo. Se isto é proteger os trabalhadores, só se for de serem livres e felizes. Assim, com esta “praxis” de terra queimada, seguramente ninguém planta nada. O que é necessário é voltar para trás, à Internacional, trabalhar para derrotar o capital.

Aliás, só em países rumo ao socialismo – nunca é de mais lembrar este jurássico preâmbulo da

Constituição em vigor – a concertação social centralizada é necessária. Alguém se recorda da última vez que se concertaram salários nos EUA? Ou será justo que os aumentos de um sector ou de toda a função pública sejam decretados uniformemente? Sem serem definidos, como deviam, em função do mérito de cada um?

No meio disto, há ainda alguém que acredita em coesão, em reformar sem rupturas, enfim, em concertação social. O primeiro-ministro é um optimista forçado. Mas neste cenário, não é difícil, é impossível. No caso do Estado, como não puniu ou premiou, perdeu margem de manobra e autoridade para reformar. A solução do congelamento salarial é a consequência natural da inércia, da falta de estratégia, e da manifesta falta de capacidade política de proceder à mudança. Ficando refém do passado.

Como tal, 2004 vai cair no colo do grevista mor e do seu suposto milhão de seguidores. Que prenda melhor poderia ele querer que um Governo à defesa e sem ideias claras sobre a principal reforma do país, ou seja a reforma do Estado. Porque o tempo não pára.

A primeira personagem deste drama dizia ainda não haver clima psicológico para a mudança. Estamos todos de acordo. Mesmo para muitos dos que falam na mudança, pelo que se vê, bom mesmo era regressar ao período 73-75: afinal, o período imediatamente antes ou depois da revolução continua a ser o seu ideal de regime. Mesmo que o tempo não volte para trás.

\* Presidente da PME-Portugal  
presidente@pmeportugal.com.pt